

**C**omentário**O desafio do MCT**EUSTÁQUIO GOMES  
eusta@unicamp.br

Dos 27 ministérios do novo governo Lula, o de Ciência e Tecnologia é um dos de menor visibilidade, assim como já o era no governo anterior. Corre o risco de ser, na mesma medida, um dos mais esquecidos. No entanto, foi seguramente um dos de reposição mais difícil, dada o caráter programático do trabalho que vinha sendo desenvolvido pelo ministro Ronaldo Sardenberg e por seu braço direito no MCT, o professor Carlos Américo Pacheco.

Um mérito reconhecido do antigo MCT foi ter conseguido iniciar um processo de conversão da C&T numa política de estado, duradoura, em vez de uma política de governo, sempre transitória. Para isso, moveu céus e terra para, a partir de discussões setoriais em todo o país, estabelecer um consenso que se consubstanciou num projeto a longo prazo, do qual muita coisa foi consubstanciada em lei.

Notável, nesse contexto, foi a criação dos fundos setoriais no bojo do processo de privatização, mediante taxações sobre o lucro das empresas adquirentes, com o fim explícito de alavancar a pesquisa nos domínios dos setores privatizados. Só isto significou um aporte anual de 200 milhões de reais para a infra-estrutura acadêmica de pesquisa.

O esforço de recuperação da capacidade de financiamento da pesquisa acadêmica ficou, por outro lado, patente com o reerguimento da Finep. Como escreveu recentemente o reitor Brito Cruz, “a Finep emergiu de seriíssimas dificuldades, após anos de crise de identidade e até de risco de extinção, para cumprir o papel fundamental de levar a inovação às empresas através de programas regulares de empréstimo, de *venture capital* e de financiamento da pesquisa na indústria a juros subsidiados”.

Este é o ponto. Em sua recente visita ao Laboratório de Luz Síncrotron, em Campinas, o secretário executivo do MCT, Wanderley de Souza, defendeu a participação da iniciativa privada nos investimentos em pesquisa e desenvolvimento, mas admitiu que isso é difícil de acontecer com a atual taxa de juros. Sendo a pesquisa um investimento de alto risco, a indústria só o fará em condições favoráveis e com o governo no papel de avalista.

Por isso, preocupa que o governo tenha anunciado a retirada de pauta, na Câmara dos Deputados, do projeto de inovação tecnológica cujo início de tramitação estava previsto para este semestre. Além de prever linhas de financiamento novas e de estabelecer um regime de compras tecnológicas preferenciais pelo estado, o projeto também teria impacto positivo nas universidades sob mais de um aspecto, sendo o principal deles o de abrir caminho, nas empresas inovativas, para os milhares de formandos e pós-graduandos que, a cada ano, buscam espaço para desenvolver sua inovação — e não o encontram.

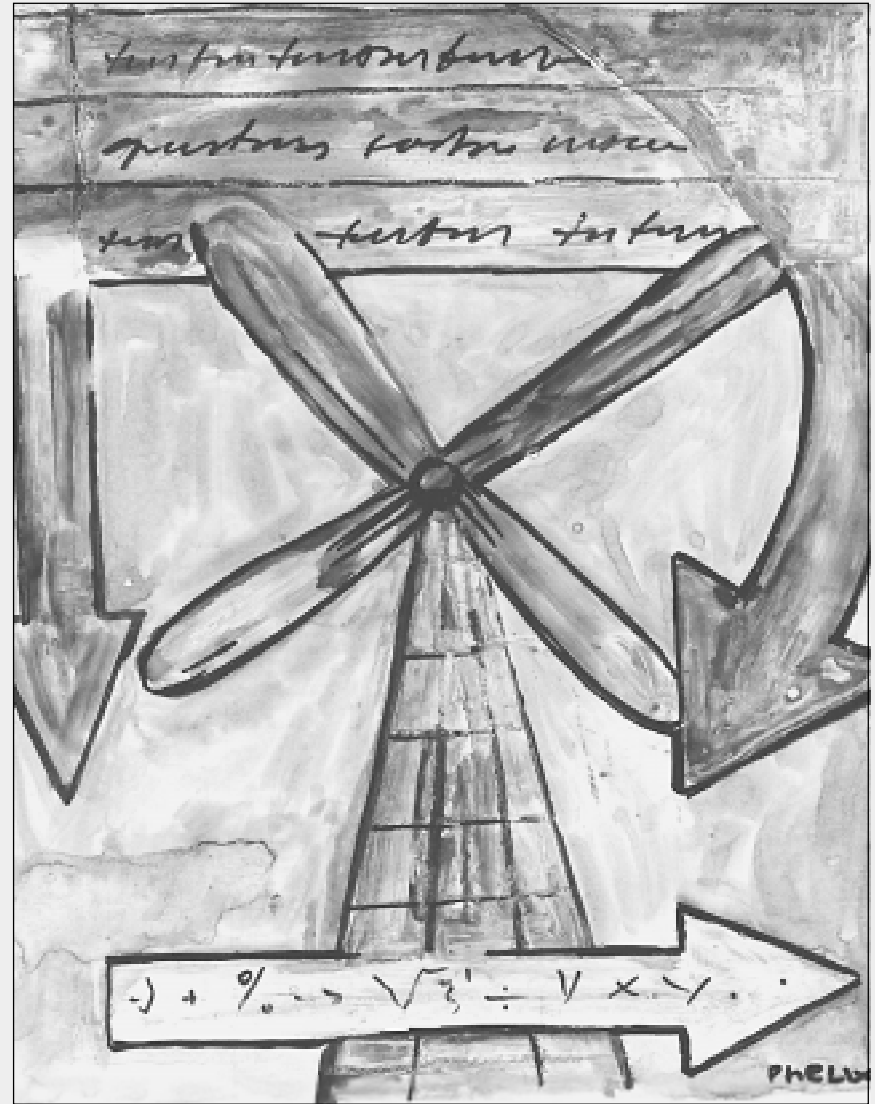
O plano do MCT, naturalmente, é o de melhorar o projeto de lei e devolvê-lo ao Congresso. A expectativa é que o faça o mais breve possível.

**A**rtigo**Perspectivas para as fontes renováveis de energia no Brasil**ENNIO PERES DA SILVA  
CARLA KAZUE NAKAO CAVALIERO

O interesse pela geração de energia a partir de fontes renováveis, principalmente as alternativas (energia solar, dos ventos, biomassa) vem experimentando uma nova fase de crescimento no Brasil. Até bem pouco tempo, o apelo ambiental era o único argumento utilizado para incentivar tais fontes, não sendo, no entanto, suficiente para atingir seu objetivo. Com a crise de energia elétrica e o plano de racionamento vividos em 2001, chamou-se a atenção para um outro fator importante: a necessidade de diversificar as fontes de energia. Como resultado, vêm sendo criados mecanismos legais para regulamentar o uso destas fontes, tal como a lei que cria o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica, mais conhecido como PROINFA. Este programa tem entre outros o objetivo de incentivar a geração de energia elétrica a partir da energia eólica, da biomassa e de pequenas centrais hidroelétricas.

Apesar de alguns pontos polêmicos esta lei traz boas perspectivas, já que no caso da energia eólica por exemplo existe um grande potencial de aproveitamento no Nordeste e no Rio Grande do Sul. Além disso, o que não falta no país é biomassa energética, onde destacam-se a cana-de-açúcar e as 318 usinas sucroalcooleiras atualmente operantes. O mesmo pode ser dito do potencial hidráulico de geração, especialmente para as centrais que inundam menores áreas e reduzem o impacto ambiental, como as micros e pequenas hidroelétricas. Mas se existe tanto potencial, pode-se questionar porque tais fontes ainda se mantêm pouco representativas.

O problema é que em geral as energias renováveis, com exceção da energia hidroelétrica, costumam ser mais caras, o que é de se esperar, pois causam problemas ambientais bem menores. Daí a necessidade de incentivos específicos que aumentem sua competitividade econômica, e de preferência que sejam mínimos, já que é o consumidor que irá arcar



com eles. Evidentemente que para isto é necessária a vontade política do Governo Federal em proceder desta maneira, definindo diretrizes explícitas. Neste sentido a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva para a Presidência da República parece reforçar este pensamento, já que dentre os programas de governo apresentados pelos principais candidatos, o do PT foi o que mais destacou o uso das fontes renováveis de energia.

De fato, dentre os vários temas referentes ao setor energético o programa incluiu o estímulo às fontes renováveis alternativas, cujas propostas estão centradas na implantação de uma política regionalizada e de mecanismos para desenvolver uma indústria nacional de equipamentos para a exploração de tais fontes, estes atualmente em grande parte importados. O anúncio da senadora Marina Silva, do PT do Acre, para o Ministério de Meio Ambiente parece reforçar o comprometimento do partido com a questão ambiental.

A indicação de um nome da própria bancada do PT para um ministério tradicionalmente negociável, ou seja, considerado menos estratégico que outros, sinaliza para a priorização deste tema pelo futuro governo. Este fato pode ser muito favorável ao estímulo das fontes renováveis, relativamente menos impactantes que as grandes gerações hidroelétrica e termoeletrica. Portanto, em princípio o governo do presidente Luis Inácio mostra intenção em promover o incremento e o desenvolvimento do uso das fontes renováveis de energia no país. Resta saber se esta intenção se tornará efetivamente realidade, o que somente o tempo dirá.

O professor Ennio Peres da Silva e a pesquisadora Carla Kazue Nakao Cavaliero pertencem ao Núcleo Interdisciplinar de Planejamento Energético (NIPE) da Unicamp

**UNICAMP**  
Universidade Estadual de Campinas

Reitor Carlos Henrique de Brito Cruz. Vice-reitor José Tadeu Jorge.  
Pró-reitor de Desenvolvimento Universitário Paulo Eduardo Moreira Rodrigues da Silva.  
Pró-reitor de Extensão e Assuntos Comunitários Rubens Maciel Filho.  
Pró-reitor de Pesquisa Fernando Ferreira Costa.  
Pró-reitor de Pós-Graduação Daniel Hogan. Pró-reitor de Graduação José Luiz Boldrini.

**Jornal da Unicamp**

Elaborado pela Assessoria de Imprensa da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Periodicidade semanal. **Correspondência e sugestões** Cidade Universitária “Zeferino Vaz”, CEP 13081-970, Campinas-SP. **Telefones** (0xx19) 3788-5108, 3788-5109, 3788-5111. **Fax** (0xx19) 3788-5133. **Homepage** <http://www.unicamp.br/imprensa>. **E-mail** [imprensa@unicamp.br](mailto:imprensa@unicamp.br). **Coordenador de imprensa** Clayton Levy. **Editor** Álvaro Kassab. **Redatores** Antonio Roberto Fava, Isabel Gardenal, Luiz Sugimoto, Manuel Alves Filho, Maria Alice da Cruz, Nadir Peinado, Raquel do Carmo Santos, Roberto Costa e Ronei Thezolin. **Fotografia** Antoninho Perri, Neldo Cantanti e Dário Crispim. **Edição de Arte** Oséas de Magalhães. **Diagramação** Dário Mendes Crispim. **Ilustração** Félix. **Arquivo** Antonio Scarpinetti. **Serviços Técnicos** Dulcineia B. de Souza e Edison Lara de Almeida. **Impressão** Prisma Printer Gráfica e Editora Ltda.(0xx19) 3229-7171. **Publicidade** JCPR Publicidade e Propaganda: (0xx19) 3295-7569.